



Fundo de calamidades pode socorrer agricultor familiar

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova, em decisão terminativa, projeto que destina parte dos recursos do fundo especial para recuperar pequenas propriedades agrícolas afetadas por desastres climáticos

Emanuel Amaral/Tribuna do Norte



Abóboras estragadas pela chuva, no Vale do Punaú (RN): projeto de Gleisi Hoffmann, relatado por João Pedro, destina recursos para agricultor familiar enfrentar problema

Parte do dinheiro do Fundo Especial para Calamidades Públicas pode ser repassada aos agricultores familiares prejudicados por enchentes e outros desastres climáticos, conforme projeto de lei aprovado ontem, em caráter terminativo, pela CRA. Os recursos ajudariam a recuperar as áreas produtivas afetadas pelas catástrofes. **3**



José Varella/Senado Federal

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Aprovados embaixadores para Zâmbia e Estônia 4

Presidente da CRE, Fernando Collor, entre os indicados Ana Maria Pinto (Zâmbia) e Vergniaud Elyseu Filho (Estônia)

Subcomissão acompanhará preparativos para Rio+20 4

Senado debate na segunda violência nas escolas 2

Relator da LDO apoia nova regra de licitação para obras da Copa 5

Casildo pede definição sobre Ficha Limpa antes das eleições 6

PF quer fragilizar economia do narcotráfico 8



José Cruz/Senado Federal

Eudes Carneiro, Oslain Santana, Wellington Dias e Paulina Duarte em debate de subcomissão



Deifim Vieira/Governo do Rio de Janeiro

Moradores do Rio assistem a missa de sétimo dia em frente da Escola Tasso da Silveira, onde os jovens foram assassinados

CDH vai debater segunda-feira violência nas escolas

Convocação da audiência pública foi motivada pelo atentado ocorrido este mês em escola do Rio de Janeiro, que resultou na morte de 12 adolescentes

A VIOLÊNCIA NAS escolas será debatida na segunda-feira, às 9h, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. No último dia 7, um ex-aluno invadiu a Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, matando a tiros 12 adolescentes. Outros cinco estudantes continuam internados em hospitais do Rio.

Para o debate na CDH, presi-

dida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), foram convidados o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Yann Evanovick; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Roberto Franklin de Leão; e a subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal, Gícia de Cássia Falcão.

Também serão ouvidos o presidente da Associação Bra-

sileira de Psiquiatria, Antônio Geraldo; o presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília, Luciano Wagner Guimarães Lirio; o representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Vincent Defourny; e a diretora do Sindicato dos Professores do DF, Rosilene Correa, que coordena a campanha "Quem bate na escola maltrata muita gente".

Para Sarney, plebiscito é melhor forma de mudar estatuto

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), voltou a defender a realização de plebiscito sobre a proibição do comércio de armas, tema de projeto de decreto legislativo (PDS 109/11) apresentado por ele na terça-feira e que será agora examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

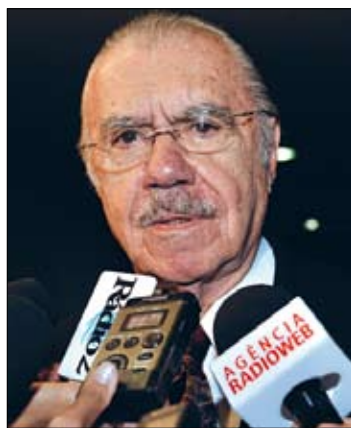
– Se for possível transformar num projeto dispensando o plebiscito, a Casa vai decidir, mas acho que a melhor forma seria a que nós apresentamos – disse.

O projeto encabeçado por Sarney convoca para o primeiro domingo de outubro deste ano um plebiscito com a seguinte

pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" Em 23 de outubro de 2005, em referendo sobre o mesmo assunto, a maioria da população rejeitou a proibição.

Sarney busca o apoio da sociedade para promover revisão da Lei 10.826/03 – o Estatuto do Desarmamento –, que estabelece regras para a aquisição e o porte de armas.

"Não se trata de desprezar a opinião do povo, mas de ouvi-lo novamente", afirma Sarney, porque "as opiniões mudam, a realidade se transforma e há todo um novo contexto envol-



Jone Araújo/Senado Federal

Sarney sugere consulta popular no primeiro domingo de outubro de 2011 vendo a matéria".

A discussão sobre o desarmamento veio à tona depois da tragédia em que um atirador matou 12 estudantes e depois se suicidou em escola do Rio de Janeiro.

Secretária-geral fala sobre reforma na quarta-feira

A Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa adiou de anteontem para a próxima quarta-feira a reunião para ouvir a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

A informação foi dada pelo presidente da subcomissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), durante a votação da MP do Trem-Bala. Como a votação só terminou por volta das 21h30, a reunião teve de ser cancelada.

A subcomissão analisa o Projeto de Resolução (PRS) 96/09, que altera as normas administrativas do Senado.

Conhecendo o Senado começa na semana que vem

A Diretoria-Geral do Senado promoverá, a partir de segunda-feira, o ciclo de palestras intitulado "Conhecendo o Senado", criado para que os servidores conheçam o funcionamento e possam interagir com as diferentes áreas da Casa, de forma a aprimorar o padrão de serviço, equipamentos e recursos humanos necessários para o desempenho do mandato parlamentar.

Durante o evento, os servidores dos gabinetes parlamentares e comissionados das diversas áreas terão acesso a informações e esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas no Senado e processos a elas vinculados.

Paim sugere acordo contra venda de armas

O massacre de 12 estudantes na Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, e a ação de um atirador que matou uma pessoa e feriu dez em Santos e São Vicente, em São Paulo, levaram o senador Paulo Paim (PT-RS) a propor ao Executivo a constituição de uma "câmara de conciliação", com a participação do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, de setores da sociedade civil e das empresas fabricantes e vendedoras de armas.

Essas empresas, conforme o senador, têm cadastro mais atualizado dos portadores de armas do que o Executivo – daí a razão de incluí-las na discussão. O objetivo dessa câmara de conciliação, explicou Paim, é buscar um pacto pela paz, "para salvar vida".

Uma das providências, na sua avaliação, deve ser um combate mais contundente ao contrabando de armas e



Genildo Magela/Senado Federal

Senador afirma que sua intenção é firmar pacto pela paz

uma campanha de esclarecimento da sociedade. O ponto central dessa campanha, segundo o parlamentar, deve ser a conscientização de que a arma não traz segurança para o cidadão comum.

Paim anunciou que na próxima segunda-feira, às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que ele preside, promoverá um debate sobre as causas da violência e as medidas para combatê-la (veja manchete nesta página). Foram convidados representantes do governo e de entidades da sociedade civil, bem como psiquiatras e especialistas em educação.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de segunda-feira do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão de hoje, não deliberativa, é destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Walter Pinheiro (PT-BA), Ana Amélia (PP-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR).

CRA Impacto do Mercosul na agricultura

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate a questão das assimetrias do Mercosul e seus impactos na agricultura. Foram convidados o deputado federal Luis Carlos Heinze; o diretor do departamento do Mercosul, Bruno Bath; a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Lacerda Prazeres; e o vice-presidente da CNA, Carlos Rivaci Sperotto.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TSE tem condições de fazer consulta popular

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, afirmou ontem que a Justiça Eleitoral tem condições de fazer, em seis meses, um plebiscito sobre qualquer tema. A declaração foi feita durante audiência pública na Comissão Especial de Reforma Política da Câmara.

Para realização do plebiscito, de acordo com Lewandowski,

é apenas necessário o tempo suficiente para procedimentos como lacrar as urnas e treinar mesários. Quanto aos custos de consultas populares, ele disse que a Justiça Eleitoral tem condição de pagá-los. O ministro observou que as eleições de 2010 custaram R\$ 490 milhões, o que representaria R\$ 3,60 para cada eleitor.

– É o preço de um cafezinho

com pão com manteiga, um custo com o qual podemos perfeitamente arcar – frisou.

O senador José Sarney (PMDB-AP) apresentou esta semana projeto de decreto legislativo para realizar, em outubro, consulta popular sobre a proibição do comércio de armas no país. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Acesso à água potável no Nordeste fica em 10% do potencial, diz senador

Benedito de Lira pede urgência no Água para Todos

O senador Benedito de Lira (PP-AL) pediu a implantação de um programa para levar água de qualidade ao interior do Nordeste. O governo federal já manifestou intenção de criar uma versão do Luz para Todos com esse objetivo.

Na opinião do senador, é preciso criar logo o programa, para racionalizar o uso da água e cuidar melhor das fontes naturais.

– O Água para Todos será um dos maiores programas sociais da história. Quem tem sede tem pressa e não podemos nos omitir – defendeu o senador, citando estudo segundo o qual o acesso à água potável no Nordeste fica em torno de 10% do potencial.

Benedito de Lira disse ainda que a água sempre fez falta ao nordestino do semiárido e que para mudar a situação é preciso vontade política.

Aníbal: cartão para ajudar famílias em caso de calamidade

O prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, decretou situação de emergência na cidade em decorrência da cheia do rio Acre, informou Aníbal Diniz (PT-AC).

Segundo o senador, hoje o prefeito e o governador Tião Viana visitarão as áreas alagadas com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que lançará o Cartão Nacional de Defesa Civil para a compra de produtos e serviços pelas famílias atingidas por calamidades.

Aníbal informou que o rio está 1,89 metro acima do nível normal. A enchente atingiu a moradia de cerca de 20 mil pessoas e 1.800 delas foram abrigadas no parque de exposições. Ele lamentou o fato de que, passadas as enchentes, parte da população retorne às áreas de risco, pois muitos tiraram sua subsistência do rio.



Enchente deixou Rio Branco em emergência, diz Aníbal Diniz

Recursos federais destinados a socorrer áreas afetadas por enchentes também seriam empregados para que pequenos produtores possam comprar insumos para restaurar terras destruídas, segundo projeto aprovado ontem pela CRA

Fundo para calamidades deverá ajudar agricultor familiar a recuperar terreno



Vale do Punaú (RN): enchentes causam, além da perda da produção, a destruição do solo preparado para plantio



Gleisi Hoffmann espera que projeto, relatado por João Pedro (C), possa oferecer ajuda emergencial para agricultor familiar

Comissão discutirá o uso de agrotóxicos no país

A Comissão de Agricultura aprovou ontem requerimento de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Blairo Maggi (PR-MT) para debater o uso de agrotóxicos. Conforme Valadares, o Brasil lidera o ranking de países que usam agrotóxicos para incrementar a produção agrícola.

– O nosso país consumiu, na última safra, um bilhão de litros de agrotóxicos, o que equivale a um consumo anual de cinco

litros de veneno por cada cidadão brasileiro – frisou.

Para o senador, o uso indiscriminado agride consumidores e trabalhadores que manipulam os produtos nas lavouras e criações.

Serão convidados para o debate, entre outros, representantes da Embrapa, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Sistema de Informações Tóxico-Farmacológicas.

Também constava da pauta o PLS 190/10 que institui o agrotóxico genérico, mas foi retirado pelo presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), atendendo a pedido do relator Waldemir Moka (PMDB-MS). O relator disse ter acatado sugestão para modificar terminologia original da matéria, que tratava os produtos como “defensivos agrícolas”, os quais passarão a ser descritos no projeto como “agrotóxicos”.

Estatuto para crédito rural aprovado na CRA

Projeto que cria o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural foi aprovado ontem pela CRA. Apresentado pelo ex-senador Gilberto Goellner, segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 288/10) visa assegurar garantias aos tomadores de crédito rural e evitar abusos como a exigência de reciprocidades financeiras por parte dos bancos, conhecida como venda casada – prática que condiciona a concessão do crédito à aquisição de outros serviços bancários.

O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), considera que a aprovação do estatuto dará maior transparência na relação entre os tomadores do

crédito rural e os bancos. Para tanto, o projeto prevê medidas como a obrigatoriedade da emissão de extratos, contemplando informações sobre os empréstimos concedidos.

Para Goellner, há uma relação desigual entre os mutuários e as instituições financeiras. Na defesa dos primeiros, o projeto estabelece parâmetros técnicos para a concessão do crédito, assegurando que o empréstimo respeite a capacidade de pagamento dos tomadores e seja liberado dentro de prazos adequados.

A comissão também aprovou requerimento do senador João Pedro (PT-AM) para a realização de audiência pública com a ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti. O

objetivo é conhecer os projetos da pasta.

A aprovação do debate reforça convite já feito à ministra, que participará de audiência pública agendada para o dia 12 de maio.

Setor cacaueteiro

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também debaterá a situação do setor cacaueteiro, com a participação do diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Jay Wallace da Silva Mota.

– Nosso interesse é fortalecer esse segmento produtivo, muito importante para a biodiversidade e para a economia do país – justificou João Pedro, que propôs o debate.

RECURSOS DO FUNDO Especial para Calamidades Públicas (Funcap) poderão ser utilizados para custear a recuperação de solo em propriedade de agricultura familiar afetada por desastre climático, prevê proposta aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em caráter terminativo.

A autora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), explica que a ajuda governamental em casos de desastres causados por fortes chuvas e enchentes destina recursos para ações como reconstrução de estradas, habitações e atendimento à saúde. Entretanto, observa ela, a ajuda não chega aos agricultores familiares que têm suas terras destruídas pelas cheias.

Conforme a senadora, o deslizamento de encostas, quando em áreas agrícolas, resulta não apenas na perda da produção, mas também na perda do solo que já havia sido preparado com corretivos e fertilizantes. A proposta visa destinar recursos do Funcap para que os agricultores familiares possam adquirir novamente esses insumos e custear ações de recuperação do solo.

– Tal medida ajudará, em caráter emergencial, a recomposição da atividade econômica das famílias e do município atingido, inclusive propiciando a retomada da geração de empregos – explica Gleisi Hoffmann.

Reforçando a argumentação da autora, o relator, senador João Pedro (PT-AM), ressalta que a recuperação de solo em áreas rurais pode requerer gastos com obras de engenharia e reflorestamento, exigindo investimento acima daqueles relacionados à produção agrícola em si.

Cidadão pode debater Mercosul hoje pela internet

O debate sobre o Mercosul e a agricultura, programado para hoje à tarde pela CRA, voltará a estimular a participação popular no processo legislativo. Assim como ocorreu na sexta-feira passada, os cidadãos poderão enviar, em tempo real, opiniões e sugestões aos senadores e debatedores durante a audiência pública, que começará às 14h.

Será o segundo encontro do ciclo “Agricultura em Debate”, dessa vez com o objetivo de avaliar as assimetrias entre os países que integram o bloco e seus impactos sobre a agricultura brasileira. A participação pode ser feita por telefone (0800-612211), internet (www.senado.gov.br/alosenado) ou Twitter (@alosenado).

Duas décadas depois da Rio-92, a conferência internacional de 2012, no Rio de Janeiro, reunirá de 120 a 150 chefes de Estado e de governo

Subcomissão acompanhará preparativos da Rio+20

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Fernando Collor (PTB-AL), anunciou ontem a criação de uma subcomissão especial destinada a acompanhar os preparativos da Conferência Rio+20, que vai retomar, depois de duas décadas, os debates da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92.

A nova subcomissão, cujos trabalhos deverão começar na próxima semana, terá como presidente o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), segundo informou Collor. O vice-presidente será o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O primeiro compromisso externo da subcomissão será um encontro com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, marcado para 3 de maio.

Collor disse ainda que a nova subcomissão manterá contato permanente com os organizadores da Rio+20. Ele relatou à comissão que tem solicitado a todos os embaixadores e visitantes estrangeiros com quem se encontrou nas últimas semanas que seus países enviem ao Rio de Janeiro, em 2012, delegações de alto nível para a retomada dos debates abertos em 1992.

– Baseado em dados da Organização das Nações Unidas e em experiência recente, a organização do evento espera a presença de 120 a 150 chefes de Estado ou de governo, além de 50 mil delegados. Este será um importante momento para o Rio implantar modelos sustentáveis de transporte e estrutura urbana – afirmou Collor.

Por decisão da Assembleia Geral da ONU, os dois principais temas para debate na Rio+20 deverão ser a “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável” e a “moldura



Fernando Collor preside reunião em que anunciou que Cristovam Buarque e Francisco Dornelles serão, respectivamente, presidente e vice da nova subcomissão

institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Também serão membros titulares da subcomissão os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Os suplentes serão os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Em Plenário, Collor relatou ter divulgado o primeiro relatório de expectativas, intenções e medidas coordenadas pelo Itamaraty para a Rio+20, sob a responsabilidade do embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Collor mencionou também comunicado conjunto entre Brasil e China, na viagem da presidente Dilma Rousseff, e citou parágrafo relativo a foros multilaterais no qual os países reafirmam compromisso com o êxito da Rio+20. A proposta original foi apresentada por ele próprio ao então presidente Lula, em 2007.

Encontro terá participação de líderes mundiais

A conferência Rio+20, que será realizada no próximo ano, no Brasil, tem como objetivo articular o engajamento de líderes políticos e especialistas de vários países nas questões ligadas à preservação do meio ambiente e ao clima no planeta.

O encontro recebeu esse nome numa alusão à realização há 20 anos, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92.

Estão previstos debates sobre a contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza, com foco sobre a estrutura de governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 insere-se na tradição de reuniões anteriores

da ONU sobre o tema, entre as quais as conferências de 1972 em Estocolmo (Suécia), e de 2002, em Johannesburgo (África do Sul).

O secretário-geral da Rio+20 é o diplomata chinês Sha Zukang, atual chefe do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais. Zukang foi embaixador da China naquele organismo.

Economia verde

Em reunião preparatória realizada no mês passado, em Nova York, Zukang disse que o Brasil “tem mostrado ao mundo como colocar em prática o desenvolvimento sustentável”. Acrescentou que a Rio+20 é “a chance de a Humanidade se comprometer com a transição para uma economia verde”.

O diretor-geral do Depar-

tamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado – que também participou da reunião em Nova York –, espera que as autoridades debatam, no Rio, os desafios a serem enfrentados pelos governos nas questões de meio ambiente.

Segundo Machado, a conferência também será uma oportunidade para a comunidade internacional fazer um balanço dos progressos alcançados nos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. A terceira reunião da Comissão Preparatória da Rio+20 será realizada de 28 a 30 de maio de 2012, pouco antes da conferência.

Indicados para embaixadas em Zâmbia e na Estônia são aprovados pela comissão

A riqueza mineral de Zâmbia deverá tornar esse país um “ponto estratégico” para grandes empresas brasileiras. A previsão foi feita pela futura embaixadora em Lusaka, Ana Maria Pinto Morales, cuja indicação recebeu ontem parecer favorável da CRE.

Segundo a embaixadora, uma rede de rodovias e ferrovias em construção no sul da África tornará Zâmbia um centro de distribuição da produção mineral na

região. Ela lembrou que o sul da África encontra-se no caminho naval do Brasil para a Ásia, o que poderá estimular investimentos de empresas, como a Vale, que já tem grande presença no continente asiático.

– Zâmbia possui um regime estável e uma economia pujante, com média de crescimento de 5% a 6%. Acaba de obter o grau de investimento B+, o que coloca o país no grupo dos mais avançados do continente

africano – informou Ana Maria, cuja indicação para o posto teve como relator o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Estônia

Na mesma reunião, a comissão aprovou parecer favorável à indicação de Vergniaud Elyseu Filho para o posto de embaixador na Estônia, mensagem relatada por Anibal Diniz (PT-AC).

Vergniaud anunciou que pretende “abrir novas fontes de

comércio” com a Estônia, com o qual o Brasil ainda tem “uma relação comercial modesta”. Uma de suas prioridades será a tentativa de venda de jatos regionais.

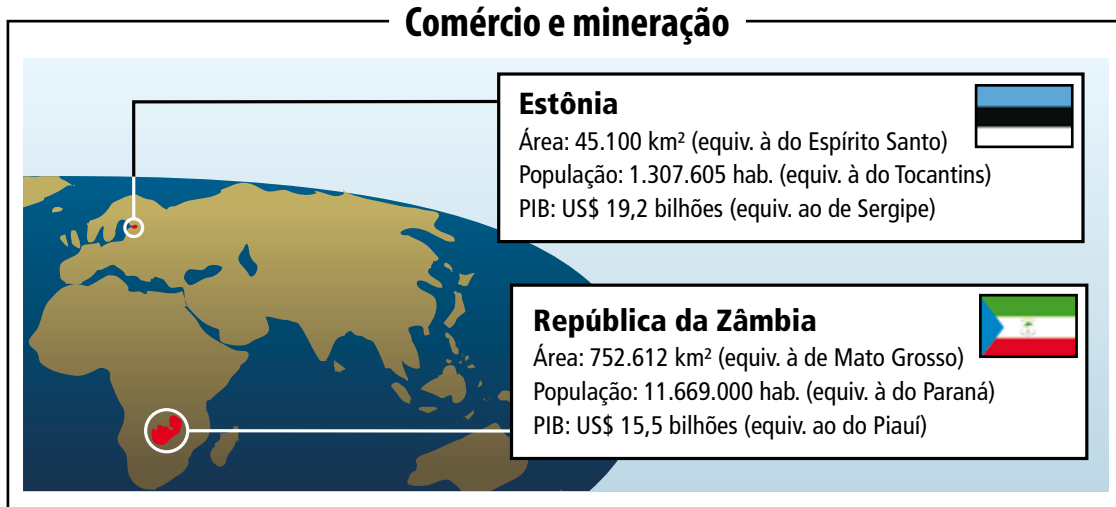
A CRE aprovou também três mensagens que indicam diplomatas para responder pelos interesses nacionais em países próximos daqueles onde já são embaixadores. José Maurício de Figueiredo Bustani (França) vai exercer o cargo junto ao Prin-

cipado de Mônaco; Pedro Henrique Lopes Borio, embaixador no Sri Lanka, terá o mesmo cargo nas Maldivas; e Marco Antonio Diniz Brandão (Índia), representará o Brasil no Butão.

Foi igualmente aprovado voto de apoio à candidatura do professor José Graziano da Silva ao cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), proposto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



Ana Maria Pinto Morales destacou pujança econômica de Zâmbia



Vergniaud Elyseu Filho quer ampliar relações comerciais com a Estônia

Márcio Reinaldo teme calote gigante com os restos a pagar

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, o deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG) defendeu ontem, na primeira entrevista coletiva, os investimentos em infraestrutura e a necessidade de o governo honrar as dívidas inscritas nos restos a pagar do Orçamento anual.

Economista e analista de Orçamento, com experiência nas relatorias setoriais das leis orçamentárias aprovadas nos últimos anos, o deputado afirmou que o Decreto 7.418/10, editado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode se transformar no "maior calote da era Lula".

A medida fixa 30 de abril de 2011 como prazo de validade dos restos a pagar não processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009. Com exceção de gastos relativos ao Ministério da Saúde e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os demais só poderão ser pagos até o fim deste mês.

Para Márcio Reinaldo, a maior parte dessas dívidas decorre de compromissos feitos por emendas parlamentares, em regiões que precisam dos investimentos. A prefeitura de Pirapora (MG), por exemplo, precisa pagar por uma obra 80% concluída e a empreiteira corre o risco de quebrar por ainda não ter sido paga.

– Me sinto no dever de ajudar a cobrar porque sei o valor que

meros R\$ 200 mil têm em um município – argumentou.

Márcio Reinaldo acredita que, ao paralisar a obra, pune-se a sociedade, principalmente nas pequenas cidades, que precisam daquela construção (seja estrada, hospital, ponte, escola). A solução seria punir o ordenador de despesas, para ressarcir os gastos desnecessários e ser impedido de ocupar cargos públicos no futuro.

Moderação

Apesar de afirmar que pretende na LDO traçar regras que resultem num Orçamento "mais moderado", o deputado defendeu a rediscussão do superávit primário e o reajuste salarial para servidores públicos. Sobre o superávit, economia que o governo faz para pagar juros, o relator da LDO afirmou que é preciso cuidado na discussão.

– Ou pagamos os juros ou fazemos infraestrutura. Eu gostaria de fazer infraestrutura – ponderou.

Márcio Reinaldo afirmou também que considera discutir a possibilidade de reajuste para o funcionalismo público, uma vez que os salários dos servidores públicos estariam "bem achatados há algum tempo".

Também prometeu trabalhar em conjunto com a relatora do Plano Plurianual (PPA), senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), e com o relator-geral do Orçamento 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Cortes na Justiça do AP preocupam Geovani Borges

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) manifestou em discurso sua preocupação com corte no orçamento da Justiça no Amapá, que caiu dos R\$ 210 milhões inicialmente previstos para R\$ 163 milhões. O senador disse que o corte representa ingerência indevida na gestão do Judiciário e traz prejuízos à população.

O senador informou que, por causa dos cortes, o Tribunal de Justiça do Estado publicou instrução normativa limitando o atendimento jurisdicional em cidades e localidades fora das sedes das comarcas. Também foi suspenso o atendimento itinerante fluvial e terrestre



Judiciário estadual perdeu R\$ 47 milhões em recursos, diz senador

no Amapá.

– O Amapá tem uma realidade geográfica e um tipo de ocupação populacional que depende visceralmente dos serviços de natureza itinerante. O povo não tem como ir atrás dos benefícios. Gente humilde, gente esquecida nos mapas das grandes decisões – lamentou o senador.

Parlamentar que vai relatar LDO cobra a aprovação de proposta que atenderia a intenção do governo de simplificar rito de contratação das obras voltadas para Copa e Olimpíadas

Relator quer simplificação das licitações para a Copa

O RELATOR DO projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), afirmou ontem ser favorável à flexibilização das regras de licitação para os preparativos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Ele cobrou do Senado a aprovação do PLC 32/07, que reformula a legislação nacional de licitações e contratos.

– O projeto está esquecido no Senado – disse.

A matéria, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi encaminhada pelo Executivo à Câmara em 2007, no pacote de propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Márcio Reinaldo é autor do substitutivo

aprovado pelos deputados e enviado ao Senado.

Entre as novas possibilidades previstas na proposta, estão a contratação de obras e serviços de engenharia por meio de pregão e a flexibilização da obrigatoriedade de publicação de editais dos processos licitatórios em diários oficiais impressos.

O projeto atenderia a intenção do governo de simplificar o rito das licitações para obras voltadas para a Copa e as Olimpíadas.

– A Copa vai ter um tratamento especial na Lei de Diretrizes Orçamentárias, muitas emendas serão apresentadas nesse aspecto. Mas estamos atrasados nos preparativos. Precisamos achar uma saída rápida – ponderou o deputado.



Segundo Márcio Reinaldo Moreira, projeto está esquecido no Senado



Alvaro Dias teme que o governo "não tenha competência" para terminar obras em aeroportos antes da Copa de 2014

Alvaro sugere que governo desista de fazer o mundial

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse em Plenário que, se o governo não tem competência para terminar a tempo as obras necessárias para receber turistas na Copa do Mundo de 2014, o país deveria desistir de sediar o evento. O senador citou a nota técnica divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta atrasos nas obras de aeroportos.

De acordo com o estudo, a Infraero pretende investir R\$ 5,6 bilhões em 13 aeroportos até a Copa de 2014, disse. Os pesquisadores afirmam que, mantidos os prazos médios para cumprimento das obras no Brasil, nove desses terminais que estão recebendo investimentos não apresentaram condições de conclusão até o mundial.

– A continuar neste ritmo, é melhor que o governo assuma a sua incapacidade de empreender, peça desculpas ao país e devolva a primazia de organizar uma Copa para que a Fifa possa destinar essa incumbência a outro país – sugeriu.



"Como é possível que nem o projeto básico das obras do aeroporto de Manaus esteja pronto?", indaga Vanessa

Vanessa: atraso em obras de aeroportos preocupa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também chamou a atenção para o fato de vários aeroportos estarem com suas obras de reforma atrasadas. Ela demonstrou preocupação especialmente com as obras do aeroporto de Manaus, que, segundo destacou, nem sequer têm projeto básico.

– Como é possível que, com a Copa de 2014 às portas, uma reforma tão grande, tão importante, de quase R\$ 400 milhões, nem sequer tenha um projeto básico pronto? Ainda temos tempo de resolver esses problemas, mas é preciso vontade. Manaus não vai ficar sem a Copa do Mundo por causa de obra – disse.

Citando dados do Ipea, a senadora lembrou que a maioria dos aeroportos das cidades-sede da Copa de 2014 pode não ter suas obras finalizadas até aquele ano. A parlamentar pediu providências da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

CI aprova recondução de diretor da Anac

A recondução do engenheiro aeronáutico Claudio Passos Simão ao cargo de diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e será submetida ao Plenário.

Os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR) queriam que a votação fosse suspensa até que o Ministério Público conclua investigações sobre denúncias de improbidade administrativa durante a gestão do indicado na Anac. O

pedido de suspensão foi rejeitado pela CI.

São duas as denúncias: uma suposta contratação sem licitação da Organização Brasileira para o Desenvolvimento da Certificação Aeronáutica (DCA-BR) e a assinatura de portaria supostamente em benefício próprio para permanecer na Anac.

O relator, Blairo Maggi (PR-MT), informou ter procurado informações sobre processos judiciais em andamento contra Claudio Simão e nada encontrou. Leu ainda nota técnica

da Advocacia do Senado, que confirmou a inexistência de qualquer ação contra o indicado e ainda analisou sua defesa esclarecendo as denúncias.

Claudio Simão disse aos senadores que a contratação da DCA-BR foi necessária, pois não havia, no mercado brasileiro, outras empresas especializadas em certificação. Quanto à sua permanência na Anac, a própria procuradoria da agência teria concordado.

– Aceitei cargo de assessor, com salário menor, para conti-



Blairo Maggi (ao lado de Lúcia Vânia) apoia indicação de Claudio Simão (E)

nuar prestando serviço especializado à Anac – disse.

Vários senadores considera-

ram explicações do relator e do indicado suficientes para esclarecer os episódios.

Apesar de o STF ter determinado que a lei não é aplicável às eleições de 2010, senador diz que persistem dúvidas e que elas devem ser resolvidas antes das eleições de 2012

Casildo pede decisão final do STF sobre Ficha Limpa

O SENADOR CASILDO Maldaner (PMDB-SC) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie antes das eleições de 2012 sobre ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que pede a confirmação da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Persiste insegurança jurídica sobre o alcance e a validade da lei, disse.

Com base em consulta ao jurista Ruy Samuel Espindola, Casildo avaliou que essa insegurança assumirá proporções ainda maiores em 2012, com milhares de candidatos a prefeito e a vereador recorrendo à Justiça Eleitoral e provocando incertezas nas gestões municipais por tempo prolongado.

Em 23 de março, lembrou, o voto do ministro Luiz Fux, do STF, confirmou o entendimento



Casildo Maldaner destaca que candidatos e vereadores podem recorrer à Justiça

de que a Lei da Ficha Limpa não se aplica ao pleito de 2010. De acordo com Fux e outros cinco ministros, a lei desrespeita o princípio da anterioridade eleitoral, uma vez que não se passou um ano entre a sanção – ocorrida em junho de 2010 – e as eleições de outubro passado.

Casildo assinalou ainda que outros questionamentos não foram dirimidos pelo STF, como o de inconstitucionalidade da lei por ferir o princípio da bicameralidade, já que a lei foi à sanção direto do Senado, sob argumento de que a mudança foi apenas de redação.

Itamar responde a reportagem da Folha de S.Paulo

O senador Itamar Franco (PPS-MG) respondeu em discurso ontem a reportagem da *Folha de S.Paulo* revelando que a Aeronáutica monitorou políticos, partidos e organizações de esquerda entre os anos de 1985 e 1994, período que corresponde aos governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco.

– Posso garantir que, pelo menos em relação ao período em que fui presidente, a manchete da matéria é, no mínimo, equivocada – afirmou Itamar Franco.

O senador disse que os documentos mostram que nenhum



Fotos de Lú de Paula/Senado Federal

Itamar nega monitoramento de políticos durante o seu governo

político foi monitorado pelas Forças Armadas. Segundo Itamar, dois de seus ministros foram apenas mencionados em informes da Aeronáutica, que nem por isso os monitorava, como a qualquer outro político: Antônio Houaiss, da Cultura, e Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda.

Requião presta contas de projetos do início do mandato

Numa prestação de contas de sua atuação nos primeiros meses do mandato, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem o conteúdo de cinco projetos, quatro já em tramitação.

Um deles, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/11, visa impedir que parlamentares ocupem cargos de livre nomeação no Poder Executivo.

Para o parlamentar, no regime presidencialista essas nomeações servem para que os governos cooptem o Congresso Nacional, tornando-se “donos dos mandatos dos sucessores dos parlamentares nomeados ministros”.

Em outra proposta, o Projeto



Requião quer discussão mais ampla sobre indicações para embaixadas

de Resolução (PRS) 8/11, Requião propõe ampliar a discussão e a investigação de indicados pelo governo federal para embaixadas e diretorias de agências reguladoras.



Suplicy quer mais participação popular na política

Suplicy: Congresso fará a reforma política possível

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu uma reforma política “global, e não fatiada, com mudanças pontuais e isoladas, uma vez que os temas são interligados”. O senador reconheceu, no entanto, que a reforma que está sendo proposta, “embora não seja a ideal, é a reforma politicamente possível”.

Suplicy sugeriu que, entre as mudanças propostas, sejam incluídas formas de participação popular nas decisões políticas. Ele disse que ouvir o cidadão sobre propostas que podem modificar sua vida é consolidar a democracia.

O senador citou projetos de sua autoria que poderiam, segundo ele, ser discutidos com a reforma política, como o PLS 283/05, que torna obrigatória a divulgação, na internet, da receita e da despesa de campanha dos candidatos; a PEC 73/05, que permite aos eleitores avaliarem o desempenho de detentor de cargo público em meio ao mandato; e a PEC 23/11, que estabelece eleição direta, pelos filiados ao partido na circunscrição eleitoral, para escolha de candidato a cargo eletivo no Executivo e no Legislativo.



Ana Amélia defende sugestão de candidatura avulsa

Ana Amélia: proposta de reforma é apenas minuta

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que a Comissão de Reforma Política não apresentou uma proposta acabada, mas apenas uma minuta de proposta de mudança do sistema eleitoral. A matéria ainda será votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pelo Plenário e, se aprovada, seguirá para a Câmara. Ela observou que foi o quesito do sistema eleitoral que provocou mais divergências.

A parlamentar elogiou sugestão do senador Itamar Franco (PPS-MG), aprovada pela comissão, sobre a possibilidade de haver candidaturas avulsas nas eleições municipais, desde que tenha o apoio de 10% do eleitorado.

Ana Amélia também relatou audiência pública realizada ontem, com a participação da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), que tratou da ação sobre revisão tarifária da antiga Varig. Ana Amélia disse que a ação é importante para os beneficiários do fundo de previdência Aerus e para os empregados demitidos à época da falência da empresa, que não tiveram seus direitos trabalhistas assegurados.

Paim destaca produção de “videogames do bem”

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a produção de jogos eletrônicos com fins didáticos e “temas saudáveis”. O parlamentar disse que conheceu os jogos em uma visita que fez à Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (RS), conhecida como Feevale.

– Pude ver jovens e crianças jogando videogame com uma proposta de defesa efetiva da vida – disse o senador.

Paulo Paim informou que games com esse tipo de proposta, conhecidos como “jo-

gos do bem” ou “jogos saudáveis”, já representam cerca de 15% do mercado. Esse tipo de game, explicou, permite que crianças e jovens “aprendam e construam novos e saudáveis hábitos nas escolas e na sociedade”. Paim também afirmou que os jogos do bem pretendem evitar exposição a riscos sociais e “podem diminuir a violência escolar”.

– Os jogos do bem têm o objetivo de provocar atitudes e ações positivas e saudáveis e permitem o aprendizado de forma divertida e natural – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Ana Amélia • João Pedro • Jayme Campos • Walter Pinheiro • Antônio Carlos Valadares • Gleisi Hoffmann

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

“Demarcação de terras cabe ao Congresso”

O senador Jayme Campos (DEM-MT) protestou contra a deliberação de questões estratégicas pelo Executivo, sem o conhecimento do Congresso Nacional, como é o caso da demarcação de terras indígenas.

A sistemática atual desequilibra o ideal democrático de freios e contrapesos entre os Poderes da República, além de desestabilizar e pôr em xeque a garantia de princípios básicos, como a soberania nacional, o pacto federativo e o direito de



Jayme Campos cobra revisão legal

propriedade, afirmou.

O senador defendeu a revisão dos dispositivos constitucionais pertinentes e a adequação das normas infraconstitucionais para garantir a participação dos estados no processo demarcatório, ficando o Congresso Nacional com a última palavra.

No Dia do Índio, CDH ouve reivindicações das comunidades

Na próxima terça-feira, Dia do Índio, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) estará aberta a delegações indígenas para ouvir as reivindicações e propostas das comunidades.

A realização de uma audiência pública também com representantes do governo na área de política indigenista

foi aprovada pela CDH, por sugestão do senador Paulo Paim (PT-RS).

Outra audiência pública aprovada, sem data definida, vai debater o mapa da diversidade no setor bancário. O objetivo é saber o que está sendo feito na área em busca da promoção da igualdade de oportunidades.

Malta condena declarações de psicólogo

Magno Malta (PR-ES) condenou a recente declaração do professor Hubert Van Gijsegem de que a pedofilia é uma orientação sexual. Segundo o senador, a afirmação do psicólogo belga é uma mensagem subliminar e incentiva a pedofilia.

Em debate no parlamento canadense, Van Gijsegem declarou que os verdadeiros pedófilos têm preferência exclusiva por crianças, o que é a mesma coisa de ter uma orientação



Malta defende redução da maioria

sexual, que não pode ser mudada.

Malta também defendeu a redução da maioria penal como “parte da engrenagem para acabar com a violência”. O senador afirmou que vai propor a realização de um plebiscito sobre o tema.

Lídice anuncia frente mista dos direitos da criança

Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou ontem o lançamento da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, ocorrida pela manhã na Câmara. Lídice foi eleita coordenadora da Frente no Senado, com a função de estabelecer um calendário de ações e buscar integrar mais parlamentares ao movimento.

Lídice destacou seu repúdio à violência ocorrida na escola



Lídice: repúdio a “pseudossoluções”

municipal em Realengo, bairro do Rio, mas rejeitou a apresentação de “pseudossoluções” que tendem a separar a escola da comunidade. Ela defendeu que “a escola se abraça e abraça a comunidade” para que a população participe mais das atividades escolares.

Senador diz que resultados comerciais alcançados pela presidente deverão render excelentes negócios para a indústria brasileira e cita investimentos chineses no país

Pinheiro ressalta conquistas de Dilma na viagem à China

O SENADOR WALTER Pinheiro (PT-BA) destacou conquistas da viagem que a presidente Dilma Rousseff fez à China nesta semana. De acordo com ele, a presidente colheu “frutos que há muito não floresciam no campo da amizade entre esses dois países”.

Ele ressaltou que o equilíbrio no comércio bilateral foi a principal reivindicação levada pela presidente, já que a China é um território de difícil acesso para os manufaturados brasileiros, devido principalmente à baixa produtividade agregada aos produtos nacionais. Como resposta à reivindicação, uma missão empresarial chinesa virá em maio ao Brasil para avaliar a compra de produtos brasileiros.

Walter Pinheiro citou os con-



Walter cita contratos para venda de carne suína e de aviões à China

tratos para a venda de carne de porco e de aviões à China, que totalizam US\$ 1,4 bilhão. Além disso, a fábrica da Embraer naquele país deverá produzir entre 500 e 600 jatos executivos nos

próximos dez anos.

Outra conquista destacada pelo parlamentar foi a fabricação, no Brasil, de aparelhos de elevada tecnologia, como iPad. De acordo com Walter Pinheiro, a empresa Foxconn abrirá fábricas no Brasil com investimentos que podem totalizar US\$ 12 bilhões e gerar 100 mil postos de trabalho, sendo 20 mil para engenheiros e 15 mil para técnicos. A China também poderá investir até US\$ 45 bilhões em projetos de infraestrutura no país.

No mesmo discurso, o senador pediu a aprovação até 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/10, que regulamenta o acesso a informações públicas, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

João Pedro faz balanço dos 100 dias de governo

O senador João Pedro (PT-AM) elogiou ontem a presidente da República, Dilma Rousseff, pela decisão, anunciada no fim de março, de prorrogar por 50 anos a Zona Franca de Manaus, responsável pela manutenção de 100 mil empregos diretos.

– O meu estado tem esse privilégio. Porque, se há uma forte

economia no eletroeletrônico, o contraponto é que temos uma floresta em pé, no estado que tem o maior território do nosso país – declarou.

Ele também fez uma análise dos primeiros dias do governo Dilma e destacou várias medidas tomadas pela presidente, que, em sua opinião, refletem a con-

tinuação do modelo de gestão implantado por Lula.

A primeira decisão importante de Dilma, segundo João Pedro, foi a de dar continuidade aos programas sociais, corrigindo o valor do benefício e ampliando o programa Bolsa Família, que para ele beneficia toda a economia brasileira.

Humberto elogia governo de PE por ouvir população

Humberto Costa (PT-PE) elogiou o programa Todos por Pernambuco, que promove a participação popular na definição das prioridades do governo estadual.

– Tem sido importante instrumento na pavimentação do caminho do desenvolvimento pernambucano – disse.

O senador informou que o programa está em sua segunda edição, tendo a primeira sido implantada durante a gestão anterior do governador Eduardo Campos, de 2007 a 2010.

Segundo Humberto Costa, o programa promove encontros por todo o estado, onde os participantes podem opinar na definição das metas e prioridades governamentais.



Lin de Paulo/Senado Federal

Wellington pede que Executivo não cancele convênios

Wellington Dias (PT-PI) fez um apelo ontem ao governo federal, para que não cancele programas, contratos

e convênios firmados com estados e municípios para a execução de obras que estejam em andamento. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou no final de 2010 um decreto fixando 30 de abril como prazo limite para a validade de tais acordos. As áreas de saúde, educação e programas sociais estariam incluídas nesses restos a pagar que poderão ser cancelados.

Wellington Dias afirmou que os estados e municípios não podem ser responsabilizados pelo fato de não serem liberados recursos para uma obra em andamento.



Lin de Paulo/Senado Federal

Ângela Portela celebra avanços da nova presidente

Ângela Portela (PT-RR) comemorou os 100 dias de governo Dilma, afirmando que as ações adotadas até

agora mostram que a presidente preservará as conquistas de seu antecessor e avançará, sempre com propostas que vão ao encontro dos anseios da população brasileira.

Entre esses avanços, a senadora destacou o reajuste de 19,8% ao Bolsa-Família, decisão considerada estratégica, e ainda programas lançados na área de saúde, para combater as causas de mortalidade das mulheres no país. Para o futuro, Dilma reafirmou o compromisso com a educação de qualidade e o avanço tecnológico, disse a parlamentar.



Moreira Mariz/Senado Federal

Prioridade judicial para pessoas com deficiência

Pessoas com deficiência podem ter prioridade no trâmite de processos judiciais, conforme projeto de lei em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto (PLS 216/04) foi aprovado ontem pela comissão, que concordou com o voto favorável do relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE). A CDH, em sua próxima reunião

deliberativa, ainda deverá tomar decisão terminativa.

Para Alvaro Dias, a morosidade judicial deixa muitas pessoas com deficiência sem o devido amparo, aguardando a lenta solução de processos que, muitas vezes, têm relação direta com sua deficiência e com a eventual busca da justa indenização por tê-la adquirido, tais como erro médico, acidente de trabalho e de trânsito.

Subcomissão define cronograma de trabalho

O presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), sugeriu que o colegiado visite os estados para orientar as entidades de defesa das pessoas com deficiência sobre os direitos desses cidadãos, bem como para saber de suas carências. Ao discutir ontem o cronograma de trabalho para abril e maio, o senador afirmou que a subcomissão vai dar um caráter

prático às discussões.

– Essa subcomissão está perseguindo o fazer cumprir. A gente não quer que seja uma comissão só de debates, de audiências públicas, com gente presente, que venham especialistas, e não se encontrem respostas concretas. Ao final destes debates todos, temos de conseguir que, no mundo real, ligado à vida das pessoas, esses debates tenham efeito prático – disse Lindbergh.

Segundo diretor da PF, é preciso investir em repressão à lavagem de dinheiro e confisco de bens, para enfraquecer economicamente os traficantes

Comunidades terapêuticas não conseguem verbas

Estima-se que quase 80% dos tratamentos de dependência química são feitos por comunidades terapêuticas, muitas delas vinculadas a grupos religiosos.

As dificuldades dessas comunidades para obter financiamento público foram discutidas na audiência da subcomissão sobre políticas sociais para dependentes de drogas. A secretária de Assistência Social e Trabalho de Ponta Porã (MS), Doralice Alcântara, disse que muitas comunidades terapêuticas não conseguem se adequar às normas de atuação exigidas pelo governo federal na Resolução 101/01, da Anvisa.

– E, como não conseguem financiamento, não se preocupam em fazer a adequação. Torna-se um ciclo. É preciso um período de transição – defendeu.

Segundo a secretária de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina Duarte, em duas semanas será divulgada uma pesquisa, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Universidade de Princeton (EUA), sobre o consumo e a disseminação do crack no país. Foram ouvidas 25 mil pessoas, nas cidades e na zona rural.

– É claro que a droga está à nossa frente, é o que se vê nas “cracolândias”. Mas com o perfil exato dos usuários saberemos onde investir em ações de tratamento e reinserção – disse.

Diretor de Combate ao Crime Organizado da PF, Oslain Campos Santana: é preciso encontrar os financiadores



Delegado propõe combater drogas pelo viés econômico

O DELEGADO OSLAIN Campos de Santana, diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, defendeu ações para enfraquecer a economia paralela gerada pelo comércio das drogas, como mais atenção às investigações sobre a “lavagem” dos recursos e medidas para o confisco dos bens adquiridos pelos criminosos com a renda da atividade.

– Não adianta deixar o criminoso na posse dos bens. É indispensável mostrar que o crime não compensa atacando os lucros do negócio – disse o delegado, destacando ainda a importância de se chegar aos

financiadores do tráfico.

Oslain de Santana foi um dos participantes de debate ontem na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Além de reforçar a vigilância nos quase 17 mil quilômetros de fronteiras secas do país, a PF vem ampliando a cooperação internacional para combater o tráfico, disse o delegado.

Pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Zilmara David de Alencar abordou iniciativas da pasta para contribuir com a inserção de dependentes químicos

no mercado. Tanto sindicatos quanto entidades patronais estão sendo incentivados a analisar cláusulas nos acordos coletivos para proteger trabalhadores que tenham problemas com drogas.

Ana Amélia (PP-RS) considerou surpreendente que o ministério só agora, depois de provocado pela subcomissão, tenha começado a tratar da questão das drogas no mundo do trabalho. Como alerta, a senadora observou que as drogas já afetam trabalhadores da área rural. Segundo ela, o consumo de crack já está sendo observado nos canais e em outras culturas.

Moka sugere cota do Projovem para reinserir viciados

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriu que o Ministério do Trabalho invista na reinserção social dos jovens que conseguiram se recuperar do vício do crack. Para ele, programas como o Projovem poderiam ter cota específica para patrocinar a reinserção.

O senador, que comentou a realização de debate na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas, mencionou o trabalho de entidades, como as comunidades terapêuticas, que tratam da recuperação dos viciados sem receber recursos públicos. Waldemir Moka propôs que pessoas envolvidas em projetos desse tipo sejam ouvidas pela subcomissão.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) assinalou que a Secretaria Nacional Antidrogas divulgará, em duas semanas, diagnóstico da situação do crack no Brasil.



Senador quer ouvir comunidades

SECS | SUPRES - Criação e Marketing

O aplicativo do Senado para iPhone já está disponível. Veja como instalar no seu aparelho

- Procure o ícone da App Store. Pressione-o para iniciar a instalação. Lembre-se, é necessário estar cadastrado na App Store para instalar o aplicativo.
- Pressione o ícone **Buscar**.
- Uma vez pressionado o campo de busca, o teclado virtual é aberto. Digite **Senado Federal** e pressione **pesquisar (search)**.
- O aplicativo do Senado Federal vai estar entre os resultados da busca. Pressione o ícone do aplicativo.
- Na página de Descrição do aplicativo do Senado Federal, pressione o campo **Free**. Ele ficará verde com a palavra **Install**. Pressione novamente esse campo.
- A janela de confirmação de usuário e senha será aberta. Entre com suas informações e pressione **ok** para iniciar a instalação.
- Você verá o ícone do aplicativo sendo instalado. Aguarde a conclusão do processo. Pronto! O aplicativo já pode ser usado no seu iPhone.

Com o aplicativo do Senado Federal, você se informa sobre as notícias diárias do Senado, conhece mais sobre os senadores e confere a agenda de atividades da Casa. Em breve, o aplicativo do Senado estará disponível para outras plataformas de celular e para iPad. **Senado Federal, ainda mais presente no seu dia a dia.**

SENADO FEDERAL